

Impacto da Ingerência Sociopolítica em Moçambique

Itélio Joana Muchisse *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-2356-7267>

César José Jemusse **

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0007-4221-8365>

RESUMO

Moçambique, devido à sua posição estratégica na região Austral da África e às suas condições socioeconômicas frágeis, tornou-se alvo significativo da ingerência sociopolítica dos países desenvolvidos. Esses países, através de várias formas de intervenção, influenciaram diretamente o cenário político e econômico moçambicano. A ajuda externa, frequentemente condicionada a reformas políticas e econômicas, visava promover o desenvolvimento e a boa governança. No entanto, essa assistência também trouxe desafios e tensões internas. O objetivo deste artigo é analisar o impacto da ingerência sociopolítica de atores não nacionais em Moçambique e avaliar como essas intervenções moldaram a realidade socioeconômica do país. O estudo utilizou uma abordagem qualitativa, incluindo pesquisa exploratória e aplicada, com técnicas de coleta de dados como análise bibliográfica, documental e entrevistas. Os resultados evidenciam que a ingerência, enquanto visava melhorar a governança e promover reformas, muitas vezes exacerbava problemas existentes e criava novas tensões. As sanções e condicionantes da ajuda contribuíram para uma crise econômica que afetou diretamente a população. O estudo sugere uma necessidade de reavaliar a abordagem dos países desenvolvidos para garantir que a assistência seja eficaz e sensível às realidades locais.

PALAVRAS-CHAVE

Moçambique; Ingerência sociopolítica; Países desenvolvidos; Ajuda externa

Kuchitika kwa Zowonjezera za Sociopolitical ku Mozambique

CHIDULE

Mozambique, chifukwa cha malo ake okhudzika pa dziko la Africa m'mwera komanso chifukwa cha zinthu zake zolephera za chuma, zidakhala malo otembenuzidwako ndikulimbikitsidwa ndi mayiko akulu. Mayiko awa, pogwiritsa ntchito njira zosiyanasiyana, adakhudza mwachindunji pa mphamvu ya zamakono ndi chuma cha ku Mozambique. Thandizo la kunja, limene nthawi zambiri limakhala losungidwa ndi malamulo a chuma ndi zachikhalidwe, limakhala ndi cholinga chothandiza chitukuko komanso kulimbikitsa boma labwino. Komabe, thandizo limeneli lidabweretsa mavuto ndi zovuta zakunja. Cholinga cha nkhanayi ndikuphatikiza kuonetsetsa impact ya kulimbikitsidwa kwa mayiko akulu pa Mozambique ndikuwona momwe zopindulitsa izi zasantutsa zinthu za chuma mu dziko. Pafupifupi, chiwerengero cha zomwe zidapezeke zikuwonetsa kuti kulimbikitsidwa kumeneku, zomwe zimakhala zothandiza kwa kuwonjezeka kwa ntchito ya boma komanso

* Mestre em Direitos Humanos, Justiça e Paz pela Universidade Católica de Moçambique; Licenciado em Ensino de História com Habilitações em Ensino de Filosofia pela Universidade Save, onde foi estagiário na Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Foi Coordenador de Projetos na Consultoria de Investigação e Treinamento. Foi Coordenador Local da Students for Liberty para a Região da África Lusófona. Foi jornalista, estagiário, na Rádio Moçambique. É pesquisador na Minerva Consultores. É correspondente da Sociedade de Filosofia da Educação de Língua Portuguesa em Moçambique. E-mail: iteliobango@gmail.com

** Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica de Moçambique-Quelimane; Mestre em Sociologia do Desenvolvimento pela UniRovuma-Nampula; Bacharel em Ciências Militares e em Ensino de História. E-mail: cesarjemusse@yahoo.com

kuchita mafanikiso, nthawi zambiri kumawonjezera mavuto omwe akukhala m'dziko ndi kumathandiza kuwonjezera ziphuphu. Kufunika kwachuma kwakukulu kumachitira chitsanzo chango chogulitsa kuuluka pa nthawi zothandizira.

MAWU OTHANDIZA

Mozambique; kulimbikitsidwa kwa zinthu; Mayiko akulu; Thandizo la kunja.

Impact of Sociopolitical Interference in Mozambique

ABSTRACT

Mozambique, due to its strategic position in the Southern African region and its fragile socioeconomic conditions, has become a significant target of sociopolitical interference by developed countries. These countries, through various forms of intervention, directly influenced Mozambique's political and economic landscape. External aid, often conditioned on political and economic reforms, aimed to promote development and good governance. However, this assistance also brought challenges and internal tensions. The objective of this article is to analyze the impact of the sociopolitical interference of non-national actors in Mozambique and to assess how these interventions have shaped the country's socioeconomic reality. The study employed a qualitative approach, including exploratory and applied research, with data collection techniques such as bibliographic and documental analysis and interviews. The results show that, while the interference aimed to improve governance and promote reforms, it often exacerbated existing problems and created new tensions. Sanctions and aid conditionality's contributed to an economic crisis that directly affected the population. The study suggests a need to reassess the approach of developed countries to ensure that assistance is effective and sensitive to local realities.

KEYWORDS

Mozambique; Sociopolitical interference; Developed countries; Foreign aid



Introdução

Ao longo da história, os países africanos têm sido alvo de várias formas de ingerência por parte das potências desenvolvidas, seja de maneira direta ou indireta. Tais intervenções frequentemente desafiam princípios consagrados pelo Direito Internacional, como os Tratados de Vestefália (1648) e a Convenção de Viena (1969), que asseguram a soberania e a não intervenção nos assuntos internos dos Estados, um dos princípios defendidos na Carta das Nações Unidas (1945).

Atualmente, a localização estratégica e a abundância de recursos naturais em muitos países africanos contrastam com a realidade de pobreza extrema e instabilidade sociopolítica, tornando essas nações alvos constantes da atenção e intervenção de potências externas. Dali obtêm inúmeras vantagens e garantem o desenvolvimento humano do seu povo, enquanto a situação africana e de Moçambique, em particular, vai definhando a cada dia, que essa relação se prolonga. Agostinho Neto, um nacionalista angolano do século XX, analisou essa questão, no âmbito do desnível do poder entre os Estados-Nações modernos e os diferentes atores ou forças transnacionais. Para Neto, vários países pobres acabam sendo explorados, em um cenário em que, “África parece um

corpo inerte, onde cada abutre vem debicar o seu pedaço. As matérias-primas servem à exportação” (Neto, 1978, p. 10).

Este artigo analisa o impacto da ingerência sociopolítica no desenho de políticas públicas em Moçambique, um país situado no sudeste da África, o qual enfrenta vários e elevados desafios no que diz respeito ao desenvolvimento e à estabilidade. Esses desafios, como será desenvolvido mais abaixo, refletem, em grande parte, a manipulação/negligência das normas que regem as relações internacionais e propiciam a manutenção de relações baseadas na “Lógica de Soma Zero”¹. De modo geral, e como aponta Patrick Bond, desde a década de 1960, o fenômeno da ingerência na África tem se transformado conforme as mudanças na dinâmica política global. Durante a Guerra Fria, e sobretudo desde a década de 1980, o interesse das potências ocidentais pelo continente africano se intensificou. Desse interesse nasceram ou fortaleceram-se relações diplomáticas que iriam moldar as relações dessas potências com os países africanos. Entretanto, o que incomoda pesquisadores de África, enquanto fruto dessa relação é o aumento da pobreza e da redução da renda (Bond, 2008).

No caso de Moçambique, a intervenção externa tem se manifestado de várias formas. Mesmo considerando o passado pré-colonial, o colonial, bem como a Primeira República, esta análise vai cingir-se sobre as políticas neoliberais, ensaiadas a partir de 1984. Dessa forma, é uma análise que ajuda, em parte, a entender se as parcerias para o desenvolvimento têm levado Moçambique à estabilidade política e socioeconômica. Não obstante a isso, para compreender alguns eventos, sempre que possível, torna-se necessário recuar a abordagem e resgatar dados e contextos próximos.

Constituem os contextos de discussão, as instituições, projetos e eventos. São os exemplos das reformas promovidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (Instituições de Bretton Woods)², o crime organizado, o terrorismo, a insegurança interna e externa, a segurança alimentar e social, a extração de recursos naturais e minerais, etc.

Este estudo vai analisar como as diferentes formas de intervenções externas têm influenciado no desenvolvimento de Moçambique. A relevância deste destaca-se nos

¹ Em teoria de jogos, a “Soma Zero” é uma negociação em que a desvantagem é eminente. Nesse tipo de negociações, quando uma parte ganha, automaticamente, a outra perde. Entretanto, é um tipo de negociações em que o ganho de um é a perda do outro.

² Depois do Plano Prospectivo Indicativo (1981), seguiu o Programa de Reabilitação Económica (1987), o Plano de Reestruturação Económica e Social (1990), o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA, 2000), o Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP).

seguintes aspectos: compreender os impactos diretos e indiretos das políticas e intervenções externas sobre a economia, a política e o desenvolvimento social de Moçambique, e propor estratégias e recomendações para uma cooperação internacional mais eficiente e equitativa, ou seja, uma cooperação que traga ganhos mútuos.

A natureza desta pesquisa é básica, visto que ela visa dialogar conhecimentos de forma interdisciplinar, em a pretensão de aplicação. Adotou-se uma abordagem qualitativa, visto que permite categorizar os principais achados em conceitos que sejam abrangentes e relevantes à temática em estudo. O foco dessa abordagem foi observar, descrever, interpretar e compreender o fenômeno tal como ele se apresenta, sem a intenção de controlá-lo. É porque a história é aberta e, sempre, é necessário acompanhar os eventos e deles aprender lições.

As técnicas de recolha de informação básica foram a pesquisa bibliográfica, auxiliada pela pesquisa documental. Essas duas técnicas foram fundamentais para apreender o objetivo das políticas de cooperação, bem como a análise que se tem feito sobre o seu desenlace que, consecutivamente, têm sido substituídas por outras que se acredita serem mais promissoras. Por outro lado, foi levado a cabo um trabalho de recolha de fontes orais, de modo a complementar a abordagem teórica.

Assim mesmo, foram entrevistados dez sujeitos que atuam em diversas áreas relacionadas às relações internacionais. Os sujeitos foram selecionados por conveniência em diversas academias, institutos, órgãos de comunicação (jornalistas), ativistas, economistas e outras instituições. As entrevistas foram realizadas em Maputo, entre janeiro e setembro de 2023, tendo durado entre 45 a 90 minutos. A amostragem não probabilística por conveniência permitiu que os pesquisadores tivessem a liberdade de abordar aqueles que julgarem possuírem autoridade necessária para a interlocução.

O texto é composto por quatro partes. Na parte seguinte é discutido o conceito de ingerência sociopolítica em função da definição e das várias situações históricas e políticas que evidenciam tal fenômeno. A segunda parte busca contextualizar as dinâmicas históricas e políticas de Moçambique desde a independência, alcançada em 1975. A terceira parte discute a ingerência sociopolítica em Moçambique através de eventos que fazem parte da história dos últimos cinquenta (50) anos de Moçambique. Por fim, discute-se, na perspectiva teórica, a estratégia subjacente à ingerência sociopolítica em Moçambique.

1. Ingerência Sociopolítica

Ao citar a Academia das Ciências de Lisboa, Percy Andrade (2021, pp. 13-14) define ingerência como “o ato de se intrometer, de intervir indevidamente, sem ser requerido ou sem ter o direito”. O autor recorre à Carta das Nações Unidas, especificamente, no artigo 2º (números 1 e 7), que estabelece a igualdade entre os Estados e a preservação da soberania e de “jurisdição interna de qualquer Estado”.

O Conselho de Segurança é a entidade designada pela Carta das Nações responsável pela manutenção da paz e da segurança internacional, os seus poderes estão consagrados no capítulo VII. Este Conselho pode autorizar uma resposta armada se determinarem que certos atos são crimes contra a humanidade, genocídio, entre outras violações dos direitos humanos. Embora certas decisões possam causar opiniões divergentes sobre se ou não, alguma situação constitui uma ameaça para a paz internacional. O art.º 2, n.º 4 da Carta das Nações Unidas determina que os membros devem abster-se de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das Nações Unidas (Andrade, 2021, p. 14).

Ou seja, uma possível ingerência decorre de atos que coloquem em causa a estabilidade entre diferentes grupos em um Estado ou entre diferentes Estados, desafiando os objetivos daquela organização octogenária. Deduzindo o conceito para contexto mais específico, em que o ato de ingerir pode decorrer, podemos considerar como sendo ingerência sociopolítica, aquele tipo de intervenção conduzida, maioritariamente, por Estados já desenvolvidos em questões internas de países em desenvolvimento, buscando influenciar suas políticas e desenvolvimento.

Esta intervenção pode ocorrer de diversas formas, como sanções, assistência humanitária, reparação, cobrança, compensação, administração do Estado, embargo, boicote, quarentena, bloqueio, congelamento de bens, discriminação positiva, renúncia, corrupção, eliminação do governo hostil, defesa de nações amigas, controlo eleitoral, manutenção da paz, nuclear, projetos de desenvolvimento, entre outros e, frequentemente, é motivada por interesses econômicos, estratégicos ou humanitários (Seitenfus, 2002).

Tendo em conta os ditames das políticas neoliberais, é possível ali contemplar o *modus operandi* de várias potências em matéria de relações internacionais. Vejamos o caso da atuação do Governo Trump, dentro daquilo que alguns preferem denominar por políticas inconscientes, onde se claramente percebe a unilateralidade pretendida em termos da definição das regras do jogo político e económico global. Uma unilateralidade baseada na constante alusão ao poder armado, bem como a imposição de tarifas proibitivas para

produtos oriundos de diversos pontos do globo terrestre. Entretanto, existem os exemplos como aquele das intervenções em crises humanitárias pela ONU no Haiti, após o terremoto de 2010, e projetos de desenvolvimento em países africanos como Uganda, Etiópia, Moçambique, só para ilustrar alguns casos.

Fazendo uma leitura ao artigo de Joseph S. Nye (1990), percebe-se que, com o fim da Guerra Fria, a ascensão dos EUA como o ator mais poderoso da política global, bem como o surgimento de novos atores e composição da multipolaridade, houve alguma melhoria em termos da melhora das condições de vida, visto que houve promoção de serviços sociais antes inacessíveis.

Segundo Bond (2008), percebe-se que cresceu também a dependência, a pobreza a partir das décadas de 1980 e 1990, sobretudo em África. Tomando em conta os dados apresentados neste parágrafo, há uma nítida percepção, segundo qual, com o fim da bipolarização há um grande interesse em promover a política baseada em “soft power”, onde a intervenção militar é substituída pelo uso de mecanismos bilaterais e multilaterais como a ajuda humanitária, cultura, bem como a diplomacia, de modo a influenciar o rumo das políticas internas dos Estados, conforme voltou a afirmar Joseph Nye (Nye, 2004).

A dissertação de Nalva Elisa Alves Bucuane Ferreira Gomes (2023, pp. 47-48) aborda a questão do “terrorismo em Moçambique” e analisa “as responsabilidades do Estado e o papel da comunidade internacional” na manutenção da paz. Ali, a autora destaca que existe ingerência do Governo Francês através das suas multinacionais, as quais concorrem para haver o fenómeno conhecido como “privatização do Estado”. Ademais, a ingerência francesa sob pretexto de defesa do investimento de empresas como a Total, que opera na província de Cabo Delgado, rica em recursos naturais energéticos como o gás natural. Por outro lado, está a ingerência das tropas ruandesas, as quais desempenham as suas ações de “luta contra o terrorismo” com base em fundos franceses.

Além deste recente cenário, existem diferentes contextos de ingerência, tal como o “cumprimento da Resolução n.º 216, de 12 de novembro de 1965, da ONU”, a qual se tornou histórica, pelo fato de ter sido a primeira resolução daquele organismo a ser aplicada por um Governo. Samora Machel, em março de 1976, anunciou sanções contra a Rodésia, devido ao comportamento daquele regime em detrimento da segurança nacional e internacional. Com a aplicação desta resolução, Moçambique fechava o porto da Beira ao escoamento de produtos para a Rodésia do Sul (atual Zimbábue) de Ian Smith, em função de ter proclamado a independência unilateral e promover uma política baseada na segregação racial (Langa, 2021, p. 20).

Outros exemplos de ingerência podem ser exemplificados em torno das políticas neoliberais ou das Instituições de Bretton Woods, as quais preconizam condicionalismos aos Estados antes de conceder financiamento. Esses condicionalismos, segundo Levi Matsinhe (2011), envolvem reduzir investimentos em áreas como educação, saúde e infraestruturas e, como apontara René Passet (Passet, 2001, p. 122),

... os famosos programas de ajustamento estrutural do FMI levam a sacrificar em proveito de uma libertação de excedentes financeiros que permitam passar a esponja sobre a dívida externa destes países; ao mesmo tempo, aliás, que os condenam – pela mesma razão – à dependência alimentar obrigando-os a sacrificarem as suas produções alimentares por monoculturas de exportação, geradoras de receitas externas.

Mais ainda, Joseph Hanlon e Teresa Smart (Hanlon; Smart, 2008, p. 39) esclarecem como esses condicionalismos afetaram Moçambique:

Cortar as despesas do governo, cortando nos salários e serviços sociais; Acabar com o envolvimento do estado na economia, e acesso ao crédito determinado apenas pelas forças do mercado; Privatizar serviços e empresas do estado ou controlados pelo Estado; Acabar com subsídios e controlo de preços; Desvalorizar drasticamente a moeda; Abolir regulamentos e restrições às empresas privadas; Libertar o comércio internacional pela eliminação das barreiras e minimizar as taxas de importação e exportação; a produção nacional não podia ser protegida; Encorajar o investimento e as exportações.

Este quadro confirma um ponto já discutido, segundo o qual a ajuda externa pode contribuir para o desenvolvimento, mas também criar desafios como dependência e desalinhamento com as necessidades locais.

2. Moçambique: contexto histórico e político

Moçambique foi colônia portuguesa, da qual libertou por meio de uma luta armada (1964-1974), liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O acordo da independência foi assinado a 28 de setembro de 1974, entretanto, foi proclamada a 25 de junho de 1975. O fim da luta armada de libertação colonial (LALC) já estava previsto com o 25 de abril, ou a Independência da Guiné. O Acordo de Lusaca, de 7 de setembro de 1974, elevou as negociações e as estabeleceu em torno do Governo de Transição, liderado por Joaquim Chissano, o qual vigorou por 9 meses (Setembro de 1974 – Junho de 1975). A independência trouxe tantos desafios, quantas esperanças, como a necessidade de construir uma nova nação e estabilizar uma economia devastada por anos de guerra

colonial e uma infraestrutura precária. Este contexto inicial moldou as bases sobre as quais as intervenções internacionais seriam posteriormente implementadas (Muiuane, 2009).

Em 1977, a FRELIMO passa de movimento nacionalista a partido Frelimo, durante o III Congresso, entre 3 e 7 de fevereiro, em Maputo (Darch, 1981, p. 111). Em termos políticos, é adotado o socialismo de cariz marxista-leninista. Em contestação ao socialismo adaptado em Moçambique, assim como em Angola, ao que se considerava o “assalto comunista” (Olson, 1990), os regimes minoritários da região (África do Sul e Rodésia do Sul) empenharam-se em apoiar o grupo de dissidentes da Frelimo que, num primeiro momento se instalou na Rodésia a fim de apoio logístico e treino militar. Foi dentro desse contexto que se formou a MNR/RENAMO (Mozambican National Resistance/Resistência Nacional de Moçambique), movimento que, a partir de 1977, desencadeou uma guerra que conheceria o seu fim com a assinatura dos Acordos de Paz de Roma, a 4 de outubro de 1992.

As negociações para o fim da guerra dos 16 anos iniciaram em 1988, num contexto em que se operavam mudanças significativas no contexto da política de Moçambique. Essas mudanças incluem a adesão às Instituições de Bretton Woods, bem como a assinatura do Acordo de Incomati (1984) sobre não agressão e boa vizinhança com a África do Sul. Em face das mudanças que se operavam, o país adotava uma política liberal, contrária ao socialismo e, com isso, tornava-se necessário alinhar a constituição ao modelo ocidental. Em virtude dessa necessidade, foi aprovada a Constituição Democrática e Multipartidária a 11 de novembro de 1990.

Como afirma Michel Cahen (1995), a assinatura dos Acordos de Paz de Roma em 1992 marcou o início de um período de reconstrução e democratização. Foi nesse período em que foi enviada a Missão das Nações Unidas para Moçambique (1992-1994), a qual foi responsável pela transformação da RENAMO em um partido político e criação de um espaço de desmobilização e realização das primeiras eleições livres. Na esperança de um clima de desenvolvimento sociopolítico, as populações foram confrontadas por um ambiente de desespero econômico e social, crises políticas associadas aos protestos pré e pós-eleitorais. Além disso, foram sucedendo problemas de gestão financeiras que agravaram a dívida externa, além de desvio de fundos, tal como aconteceu com o recente *Tuna Bonds scandal/dívidas ocultas*, além da corrupção endêmica.

A adesão às Instituições de Bretton Woods em 1984 foi um marco importante na política econômica contemporânea. Dela resultou o dossiê das privatizações e da abertura da economia ao mercado global (Hanlon; Smart, 2008, p. 231). No entanto, essas reformas

também criaram uma dependência crescente das diretrizes internacionais, e as críticas apontam que as políticas de ajuste estrutural muitas vezes atenderam mais aos interesses dos credores do que às necessidades locais.

Em 2016, Moçambique enfrentou um escândalo financeiro conhecido como Tuna Bonds Scandal/Dívidas Ocultas, onde o governo contraiu empréstimos não divulgados e nem aprovados pela Assembleia da República. Essa dívida era de cerca de 2 mil milhões de dólares (Kroll, 2017). O relatório da Kroll em 2017 resultou em uma suspensão significativa da ajuda financeira internacional e agravou a crise econômica.

A crise financeira subsequente aumentou o desemprego e a pobreza, deteriorando a confiança pública nas Instituições. O escândalo prejudicou as relações de Moçambique com investidores e Instituições Financeiras, o que dificultou o acesso a novos créditos e investimentos necessários para a recuperação econômica. A pressão para implementar medidas de austeridade gerou insatisfação popular e complicou os planos para o desenvolvimento sustentável. As implicações do escândalo das dívidas ocultas continuam a influenciar a trajetória econômica e política de Moçambique, revelando um desafio ao equilíbrio entre reformas econômicas e desenvolvimento inclusivo.

3. Ingerência Sociopolítica em Moçambique

A intervenção externa tem sido um fator decisivo na dinâmica política e econômica de Moçambique. Sem a intenção de sermos abrangentes na análise de casos que revelam essa tendência, alguns exemplos ajudam a ilustrar como essa ingerência afeta o país, com resultados positivos e negativos.

Adesão às Instituições de Bretton Woods (1984): a entrada de Moçambique nas Instituições de Bretton Woods foi um marco crucial para o país, tendo sinalizado o início de uma nova fase econômica, o neoliberalismo. No entanto, as reformas implementadas como condição para a referida adesão trouxeram consigo uma série de dificuldades, tendo aumentado a dependência de Moçambique em relação às diretrizes internacionais, o que acabou por limitar sua autonomia política e econômica (Hanlon; Smart, 2008).

Divulgação do Relatório da Kroll (2017): o escândalo das “dívidas ocultas” revelado pelo relatório da Kroll, que expôs a contratação de empréstimos não divulgados, teve consequências profundas na vida sociopolítica do país. Assim mesmo, a suspensão da ajuda financeira internacional aumentou a crise econômica no país, o que acabou por tornar mais difícil para Moçambique investir em infraestrutura e melhorar os serviços essenciais à população (Kroll, 2017).

Suspensão do Projeto da Total Energies (2021): o adiamento do projeto de gás natural liquefeito (GNL), por questões de segurança vinculadas a atividades terroristas em Cabo Delgado, exemplifica como a intervenção externa pode influenciar na gestão dos recursos naturais do país e na criação de rampas para o desenvolvimento. Por outro lado, as condições impostas para o retorno do projeto — tais como a presença de forças militares sob o comando indireto da França — revelam a natureza estratégica da ingerência externa (Valá, 2022).

Os dados colhidos no campo apontam que sanções impostas por países desenvolvidos têm um efeito negativo considerável sobre Moçambique. Segundo interlocutores, essas medidas não só agravam a crise econômica, como também dificultam o acesso a recursos essenciais para o desenvolvimento. As sanções relacionadas às “dívidas ocultas” foram apontadas como um exemplo claro de como essas medidas afetam a capacidade do governo de investir em infraestrutura e serviços públicos³.

Do mesmo trabalho de campo, foi possível compreender que a ajuda externa pode ser vista sob a perspectiva mista. Percebe-se que, embora a ajuda seja crucial em momentos de necessidade, ela geralmente vem acompanhada de condições que restringem a autonomia de Moçambique⁴. Essa análise está alinhada com a teoria de Roger Riddell (2014), que alerta para o risco de criação de uma relação de dependência entre os países receptores e as potências doadoras, o que pode enfraquecer a capacidade dos países em desenvolvimento de estabelecer políticas sustentáveis.

Mais ainda, as intervenções externas em Moçambique estão frequentemente motivadas por interesses geopolíticos, em vez de preocupações puramente humanitárias ou de desenvolvimento. A suspensão do projeto da Total Energies em Cabo Delgado é vista como um exemplo de como os países desenvolvidos influenciam a política interna de Moçambique para proteger seus próprios interesses⁵. Isso reforça a ideia central da Teoria Neorealista de Waltz (1979), que sugere que a busca por hegemonia e poder é um fator preponderante nas relações internacionais.

A questão dos interesses internos e da comunidade local, por exemplo, pode ser vislumbrada pela histórica reivindicação, por parte da sociedade civil e do povo, de uma lei que proteja os interesses locais, em espaços de instalação de projetos de investimento de capital intenso, a “Lei do Conteúdo Local”. A quantidade dos rendimentos alocados para

³ Entrevistado 1, entrevistado 4, entrevistado 2.

⁴ Entrevistado 7, entrevistado 5.

⁵ Entrevistado 3, entrevistado 8.

projetos de desenvolvimento local (2.75%) é ínfima para a institucionalização de vetores consistentes de transferência de tecnologia. Não obsta referir que muitos projetos de responsabilidade social das empresas não têm sido concretizados pelas respectivas entidades concessionárias.

A judicialização desses eventos tem estado aquém do emanado pela lei. Em paralelo a isso, as empresas têm investido mais em capital, em detrimento de projetos voltados à capacitação humana local e transferência de conhecimento e de tecnologia. Sobre este aspecto, o Centro para a Democracia e Desenvolvimento, escreveu em 2020 “a Proposta de Lei de Conteúdo Local, aprovada em agosto de 2019, pelo Conselho Econômico, restando apenas a sua análise, revisão e aprovação pelo Conselho de Ministros, de modo que seja encaminhada para a Assembleia da República. Conhecida a importância desta lei para o contexto moçambicano, não há dúvidas de que o Governo está sendo pressionado por interesses muito bem identificados para não avançar com o documento. Esta situação inviabiliza o desenvolvimento do empresariado nacional, que seria decisivo na criação de emprego para jovens” (CDD, 2020: 3). O órgão fala da influência do Lobby na definição de políticas internas. Nesse sentido, as grandes empresas, apoiadas pelos diferentes atores, influenciam governos a aprovar leis que as coloquem em situação de vantagem.

A aprovação de uma Lei do Conteúdo Local em Moçambique poderia uniformizar as práticas a serem tomadas em conta nos processos de transferência de tecnologia. A continuidade de políticas especiais para diferentes regiões de exploração interfere nos mecanismos de coordenação dos atuais programas de desenvolvimento local. De qualquer forma, os diferentes projetos econômicos que envolvem a responsabilidade social em Moçambique enfrentam desafios na realização desse compromisso. Na maioria, devido à ausência de uma lei específica para regular essa área. Esta é uma matéria que divide a opinião pública.

Por fim, as consequências da adesão de Moçambique às Instituições de Bretton Woods indicaram que as condições impostas por essas Instituições, embora focadas na estabilização econômica, desconsideram frequentemente as realidades locais de desenvolvimento, resultando em desafios adicionais para o país⁶. Isso corrobora as críticas de Edwin Brett (2009), que apontam como as reformas exigidas por essas Instituições podem intensificar desigualdades e limitar a liberdade de ação dos países em vias de desenvolvimento.

⁶ Entrevistado 6, entrevistado 10.

4. Perspectiva analítica sobre a ingerência sociopolítica em Moçambique

As impressões arquivadas ao longo da pesquisa confirmam e ampliam as descobertas existentes na literatura sobre a ingerência em assuntos internos dos Estados. A crítica ao impacto negativo das sanções e embargos reforça os argumentos de Pape (1997), que demonstrou como essas medidas muitas vezes falham em atingir seus objetivos e, em vez disso, geram sofrimento adicional para a população civil.

A avaliação ambivalente sobre a ajuda internacional, como discutido por Riddell (2014), é confirmada pelos entrevistados. Eles destacam o papel da ajuda como essencial, mas apontam que as condições que a acompanham podem enfraquecer a capacidade de um país em desenvolver políticas independentes e sustentáveis.

Por fim, a ideia de que as intervenções externas são frequentemente motivadas por interesses estratégicos também encontra eco na Teoria Neorealista de Waltz (1979). A busca por hegemonia e controle nas relações internacionais está claramente refletida no modo como as potências desenvolvidas e as Instituições Internacionais moldam suas políticas em relação a Moçambique, dando prioridade aos seus próprios interesses geopolíticos sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável do país.

Olhando para a perspectiva teórica, começando pela Teoria da Interdependência, proposta por Keohane e Nye (1977), esta sugere que a cooperação entre Estados pode gerar benefícios mútuos. No entanto, os dados obtidos na pesquisa indicam que, na prática, a cooperação internacional frequentemente não resulta em uma colaboração equilibrada. Em vez de promover uma verdadeira parceria, a ajuda externa e as intervenções criam uma dependência que limita a autonomia política de Moçambique. Isso corrobora as críticas feitas por Riddell (2014), que destacam como a ajuda externa pode ser utilizada para reforçar uma relação desigual de poder entre os países doadores e os receptores.

A Teoria Neorealista, de Waltz (1979), destaca a busca constante por poder e hegemonia no sistema internacional. O caso do projeto da Total Energies em Cabo Delgado, por exemplo, ilustra como os interesses estratégicos dos países desenvolvidos podem sobrepor-se às necessidades de desenvolvimento local. A exigência de presença militar para garantir a segurança do projeto revela como a intervenção externa pode ser moldada por uma busca por controlo e influência, mais do que por preocupações com o bem-estar do país receptor.

Assim, ao integrar as teorias com os dados, observamos que a Teoria da Interdependência e a Teoria Neorealista se complementam na explicação dos efeitos da intervenção externa em Moçambique. A primeira nos ajuda a entender as limitações nas

relações de cooperação, enquanto a segunda explica como os interesses estratégicos e a busca por hegemonia moldam essas relações. Juntas, elas nos proporcionam uma compreensão sobre os impactos negativos das intervenções externas no país, onde há sugestão da necessidade de se afirmarem políticas internacionais mais equilibradas e focadas no desenvolvimento sustentável e na verdadeira autonomia de Moçambique.

Conclusão

O conceito de ingerência sociopolítica engloba uma gama de práticas, desde a ajuda humanitária até as sanções económicas e as intervenções militares, que muitas vezes têm como motivação interesses económicos, estratégicos ou humanitários dos países desenvolvidos. Em Moçambique, a intervenção externa tem sido uma constante em momentos chave da história, desde a luta pela independência até os escândalos mais recentes, como o das dívidas ocultas. Esses episódios demonstram como a ingerência internacional pode moldar o desenvolvimento social e económico do país, ao mesmo tempo que expõe as limitações e os impactos negativos de políticas impostas.

A análise da ingerência sociopolítica de países desenvolvidos em países em vias de desenvolvimento, como Moçambique, revela uma interação complexa entre apoio externo e as condições locais. A ingerência pode trazer benefícios significativos, como o apoio durante crises humanitárias e o suporte ao desenvolvimento. No entanto, esses benefícios podem ser contrabalançados por desafios consideráveis, como a dependência excessiva e a falta de alinhamento entre as políticas externas e as necessidades reais da população local.

A cooperação internacional pode gerar benefícios mútuos, mas também alerta para o risco de manipulação dos processos de ajuda, com os países desenvolvidos muitas vezes utilizando a assistência para atender aos seus próprios interesses. Por outro lado, como as potências globais podem usar sua influência para promover seus interesses estratégicos, frequentemente em detrimento dos países em vias de desenvolvimento, tal como assistimos com governação Trump, que tenta eliminar os seus adversários comerciais e consolidar a hegemonia americana. Esse tipo de atitudes é contínuo aos demais sectores, tais como o corte de subsídios em áreas como a saúde.

Conclui-se que algumas potências têm usado da sua capacidade de influência para desestabilizar alguns Estados, na medida em que prosseguem os seus objetivos económicos. A desestabilização que daí resulta, pode gerar ingovernabilidade, bem como não permitir que vários projetos implementados, no âmbito da cooperação entre Estados,

cumpram com os seus deveres, sobretudo no que diz respeito à responsabilidade social e desenvolvimento social e económico. Os projetos ligados ao setor energético, têm sido daqueles que mais trazem desafios à segurança de vários Estados, como Moçambique, levando, quase sempre, a conflitos armados.

Embora as reformas económicas e a ajuda internacional tenham trazido avanços, também resultaram em sérios desafios, como a dependência das condições impostas por credores internacionais e a fragilidade da economia local. A persistência desses problemas sublinha a urgência de uma abordagem mais adaptada à realidade local e à soberania nacional. Portanto, é fundamental que as intervenções externas sejam ajustadas de maneira mais sensível às necessidades e contextos específicos e legais dos países beneficiários.

Referências

- ANDRADE, Percy Nande Hilário da Costa. **Direito de Ingerência**: Um estudo exploratório sobre a legitimidade de intervenção. 2021. 78f. Dissertação (Mestrado em Direito e Segurança) – Faculdade de Direito. Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2021.
- BOND, Patrick. **Looting Africa**: The economics of exploitation. Nova York: Bloomsbury Publishing, 2008.
- BRETT, Edwin Allan. **Reconstructing development theory**: International inequality, institutional reform and social emancipation. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.
- CDD, Centro para a Democracia e Desenvolvimento. O lobby que encrava a Proposta de Lei de Conteúdo Local. **Desenvolvimento Review**, n.º 17, Maputo, 19 de outubro de 2020.
- CAHEN, Michel. **Une Afrique lusophone libérale?**. La fin des Premières Républiques. Lusotopie. Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l’histoire et de la colonisation portugaises, Marselha, 1995, II, pp. 85-104.
- DARCH, Colin. As publicações da Frelimo: Um estudo preliminar. **Estudos Moçambicanos**, n.º 2, pp. 105-120, 1981.
- GOMES, Nalva Elisa Alves Bucuane Ferreira. **O terrorismo em Moçambique**. As responsabilidades do Estado e o papel da comunidade internacional. 2023. 74f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) – Escola de Ciências Sociais. Universidade de Évora. Évora, 2023.
- HANLON, Joseph; SMART, Teresa. **Há Mais Bicicletas – mas há Desenvolvimento?** Tradução de Maria de Lourdes Torcato. Kapicua: Livros e Multimédia, Lda: Maputo, 2008.

- KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown & Co, 1977.
- KROLL. **Auditoria independente relativa aos empréstimos contraídos pela ProIndicus S.A.**, EMATUM S.A. e Mozambique Asset Management S.A. Kroll Associates, 2017.
- LANGA, Ercílio Neves Brandão. Diplomacia e política externa em Moçambique: o primeiro governo pós-independência – Samora Machel (1975-1986). **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, jan./Jun. 2021, pp. 11-32.
- MATSINHE, Levi S. **Moçambique: uma longa caminhada para um futuro incerto?** 2011. 118f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofias e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre–RS, 2011.
- MUIUANE, Armando Pedro. **Datas e Documentos da História da FRELIMO**. revista, melhorada e ampliada. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2009.
- NETO, Agostinho. **África parece um corpo inerte onde cada abutre vem debicar o seu pedaço**. Departamento de Orientação Revolucionária. s/l, 1978.
- NYE, Joseph S. **Soft Power. Foreign Policy**, Washington, DC, no. 80, 1990, pp. 153–71. Disponível por <https://doi.org/10.2307/1148580>. Acesso em 27 de fevereiro de 2024.
- NYE, Joseph S. **Soft power and American foreign policy**. Political science quarterly, Nova York, v. 119, n.º 2, 2004, pp. 255-270.
- OLSON, Thomas. África do Sul e seus vizinhos: estratégias regionais em confrontação. **Estudos moçambicanos**, Maputo, nº. 8, 1990, pp. 15-62.
- PASSET, René. **Elogio do Mundialismo: Por um «Anti» Assumido**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- RIDDELL, Roger C. **Does Foreign Aid Really Work?**. Australasian Aid and International Development Workshop. Canberra: Fevereiro de 2014. Disponível em: <https://devpolicy.org/2014-Australasian-Aid-and-International-Development-Policy-Workshop/Roger-Riddell-Background-Paper.pdf>, Acesso em: 28 nov. 2023.
- SEITENFUS, Ricardo. Ingerência ou solidariedade? Dilemas da ordem internacional contemporânea. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, vol. 16, n.º 2, 2002, pp. 12-26.
- VALÁ, Salim Cripton. Crise Económica, Instituições Financeiras e Oportunidades para a Mudança: O Caso da BVM, Moçambique. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno, et al. (org.). **Desafios para Moçambique**: 2022. IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos): Maputo, 2022, pp. 493-525.
- WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Nova York: McGraw Hill, 1979.

Fontes Orais

| Nome do Entrevistado | Data da Entrevista | Ocupação |
|----------------------|-------------------------|------------------------------------|
| Álvaro Loveira | 10 de janeiro de 2023. | Colaborador do Banco de Moçambique |
| Lourenço Veniça | 5 de fevereiro de 2023. | Acadêmico. |
| Viriato Caetano Dias | 15 de março de 2023. | Acadêmico. |
| Marcelo Mosse | 22 de março de 2023. | Jornalista |
| Joseph Halon | 1 de abril de 2023. | Acadêmico. |
| Maria João Nhabomba | 10 de maio de 2023. | Economista e Consultora |
| Augusto Matine | 20 de junho de 2023. | Investigador Social |
| Teresa Zambeze | 5 de julho de 2023. | Diplomata |
| Amílcar Cabral Neto | 18 de agosto de 2023. | Empresário e Filantropo |
| Pedro Comissário | 12 de setembro de 2023. | Ativista Social e Professor. |

Recebido em: 23/02/2025

Aceito em: 24/06/2025

Para citar este texto (ABNT): JEMUSSE, César José & MUCHISSE, Itélio Joana. Impacto da Ingerência Sociopolítica em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.5, nº2, p.206-221, jul./dez. 2025.

Para citar este texto (APA): Jemusse, César José & Muchisse, Itélio Joana (jul./dez.2025). Impacto da Ingerência Sociopolítica em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 5 (2): 206-221.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>